

O governo quer apoio para mudar os índices

É a forma de garantir a eficácia da desindexação, explica uma fonte oficial. Principalmente porque não se pretende expurgar só os reajustes salariais.

O governo decidiu atacar em duas frentes, simultaneamente, a questão da desindexação da economia na técnica, procurando uma forma de conciliar tanto a dos salários quanto a do capital e, na política, aprofundando a discussão, quer nos meios parlamentares quer nos acadêmicos e até na imprensa. O governo quer verificar se há de fato uma clara tendência favorável à desindexação nos diversos segmentos da sociedade.

Segundo um qualificado informante governamental, que participa diretamente da montagem e execução dessa estratégia, o governo já firmou, no âmbito técnico, um ponto de vista inarredável: desindexação, só se for total. Se for para desindexar apenas os salários, tudo fica como está, o que representa, na prática, uma recusa à proposta do presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, que insiste numa desindexação apenas dos salários.

De acordo com o informante, a despeito do esforço da equipe da Seplan, para desenvolver uma alternativa capaz de garantir uma desindexação simultânea dos salários e dos ativos financeiros, sem provocar distorções graves na economia, até agora não foi possível uma solução viável.

A desindexação das correções monetária, cambial e salarial dos índices de preços (INPC e IGP), ao mesmo tempo em que criaria um problema para remunerar as ex-

portações, exigindo na prática nova maximização, desestimularia a poupança popular e, em consequência, intensificaria a especulação com o dólar e o ouro.

O consenso político, no sentido mais amplo do termo, também é essencial para que a medida possa virar, pois o exame no nível técnico indica a necessidade da proposição de uma lei ao Congresso, para que a desindexação possa efetivar-se.

O governo, de acordo com o mesmo informante, observa que, de modo geral, todos querem a desindexação, embora à sua maneira, e registra com certa surpresa que até mesmo os economistas engajados na oposição defendem a medida, por entender que sem ela as decisões do Pacote da última quinta-feira serão inócuas. A imprensa, de modo geral, deferiu a desindexação nos seus principais editoriais, e, no Congresso, mesmo alguns representantes da oposição sustentam a necessidade da medida, sem falar na comunidade empresarial e financeira.

Há, portanto, uma base de apoio, sobre a qual o governo poderá atuar, orientando o debate no sentido da obtenção de um consenso em torno de alguma forma aceitável de desindexação que atenda ao pressuposto básico estabelecido pelo presidente da República: que ela atinja, indistintamente, o salário e o capital, cada um pagando um preço justo pelo sacrifício dela decorrente.